

A. I. Nº - 206878.0024/09-5
AUTUADO - A PROVIDORA COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA.
AUTUANTE - ANALCIR EUGÊNIO PARANHOS DA SILVA
ORIGEM - INFAZ VAREJO
INTERNET - 15. 04. 2010

1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0073-01/10

EMENTA: ICMS. IMPOSTO LANÇADO E NÃO RECOLHIDO. Comprovado se tratar de valores escriturados no livro de apuração e não recolhido. Fato demonstrado. Previsão legal para aplicação da multa pelo descumprimento da obrigação principal. Infração subsistente. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 28/09/2009, reclama ICMS no valor de R\$ 37.420,37, acrescido da multa de 50% pela falta de recolhimento do ICMS Normal, apurado nos meses de dezembro de 2007, e de janeiro a março e de maio a dezembro de 2008, referente a operações escrituradas regularmente nos livros fiscais próprios.

Mediante advogado, o autuado apresentou defesa às fl. 82/86, insurgindo-se contra a aplicação da multa de 50%. Afirma que a multa possui natureza cominatória eminentemente penal, quando o contribuinte visa sonegar tributo ao fisco, e diz que não foi o caso da presente lide, considerando que todas as informações tributárias foram prestadas de forma voluntária e correta ao fisco estadual, e apenas por problemas de capital de giro não foi possível efetuar o recolhimento do ICMS no prazo.

Reitera ser absurda e ilegal a imposição da multa de 50% do tributo, alegando não ter cabimento, nem previsão legal, pois o contribuinte espontaneamente confessa o valor do ICMS a recolher.

Requer a suspensão do crédito tributário, evitando-se a inscrição na Dívida Ativa e descredenciamento da empresa, até o julgamento da impugnação, fundamentando-se no artigo 151, inciso II do Código Tributário Nacional que transcreve.

Cita o processualista Ronaldo Cunha Campos em “Comentários ao CTN, de Ives Gandra da Silva Martins”, que sobre o tema diz ser a impugnação ao lançamento em sede administrativa suporte básico na formação do título extrajudicial, assegurando-se ao contribuinte a oportunidade para interferir na formação do título executivo, controlando a regularidade e a correção do ato administrativo, atenuando-lhe os efeitos de unilateralidade e conferindo-lhe razoável grau de certeza e liquidez, resultando deste fato o caráter de inafastabilidade do efeito suspensivo atribuído às impugnações e recursos administrativa previstos no artigo 151 do CTN.

Finaliza requerendo seja feita revisão fiscal para exclusão da multa, com a suspensão da exigibilidade do crédito tributário até seu julgamento final.

A autuante prestou informação fiscal às fl. 97/98, contestando a alegação defensiva, afirmando que no decorrer da ação fiscal constatou à luz dos livros apresentados, que o contribuinte lançou mas não recolheu o imposto normal no prazo regulamentar, nos períodos apontados no demonstrativo acostado à fl. 12 do PAF.

Salienta que tal ocorrência se constitui em descumprimento de obrigação prevista na legislação do ICMS em vigor, que também imputa aos responsáveis

dispositivos, dentre outras penalidades, a multa, conforme se encontra esposado no artigo 914, inciso I do Regulamento de ICMS aprovado pelo Decreto 6284/97.

Conclui reafirmando os termos da autuação e solicitando a total procedência do auto de infração.

VOTO

Da análise das peças processuais verifico que o Auto de Infração contém os elementos necessários e suficientes para atender aos requisitos exigidos formal e materialmente pelas normas legais vigentes. Verifico que consta do processo planilha demonstrativa do débito (fl. 12) onde estão consignados os meses e valores em que o autuado deixou de recolher o ICMS devido, apurado em suas operações normais, conforme consta de seu livro Registro de Apuração de ICMS, cópias anexadas fls. 16/73.

Autuada através de seu procurador, reconhece o cometimento da infração quanto aos valores escriturados em seus livros fiscais e que não foram recolhidos, porém insurge-se contra a multa aplicada de 50% sobre o valor do imposto, que diz ser absurda e ilegal.

Autuante informa que o contribuinte não fez uso da denúncia espontânea, o que lhe daria direito a exclusão da aplicação da penalidade, conforme previsão regulamentar, e portanto está passível da aplicação de sanção.

Constato no processo que autuada não se enquadra no artigo 98 do RPAF, aprovado pelo decreto 7.629/99, que para maior esclarecimento transcrevemos, *in verbis*:

“Art. 98 – A denúncia espontânea exclui a aplicação de multas por infração a obrigação tributária principal ou acessória a que corresponda a falta confessada, desde que acompanhada, se for o caso:

I- do pagamento do débito e seus acréscimos; ou

II – do depósito administrativo da importância fixada provisoriamente pela autoridade fazendária local, com base nos elementos descritos pelo sujeito passivo na comunicação de cuida o artigo anterior, quando o montante do débito depender de apuração;”

Ademais, ao contrário do que afirma a autuada, existe previsão legal para a multa aplicada pelo descumprimento da obrigação principal por parte do contribuinte, conforme está expresso no Art. 42, Inciso I, da lei 7014/96, *in verbis*:

“Art. 42. Para as infrações tipificadas neste artigo, serão aplicadas as seguintes multas:

I – 50% (cinquenta por cento) do valor do imposto, na falta de seu recolhimento nos prazos regulamentares:

a) quando as respectivas operações ou prestações estiverem escrituradas regularmente nos livros próprios;”

Diante do exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **206878.0024/09-5**, lavrado contra **A PROVIDORA COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$37.420,37**, acrescido da multa de 50%, prevista no artigo 42, I, “a”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 07 de abril de 2010.

RUBENS MOUTINHO DOS SANTOS – PRESIDENTE

ALEXANDRINA NATÁLIA BI

JORGE IN